

Resumo do documento “Direitos Humanos e a Indústria da Cana”¹

O Brasil é o maior exportador mundial de cana-de-açúcar e a indústria da cana foi o setor do agronegócio que mais cresceu no Brasil em 2005. Enquanto a produção da soja (um dos principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil) cresceu 1,3%, a produção de derivados da cana-de-açúcar cresceu 26,7% naquele ano. Em 2006, foram produzidos mais de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em seis milhões de hectares de terra. Essa tendência de crescimento deve continuar. A estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a safra 2008 é de uma produção que deverá ficar entre 607,8 e 631,5 milhões de toneladas de cana, sendo que em 2007 esta foi de 558,5 milhões. Esses números representam um crescimento bem maior do que o estimado – em relação a 2007 - para o milho, de 5,5%, e para a soja, de 2%. O Brasil é atualmente o maior produtor mundial de etanol e atingiu um recorde de 17,4 bilhões de litros em 2006. Em 2008, cerca de 4,2 bilhões de litros de álcool deverão ser destinados à exportação². Estima-se que até 2012 a produção anual de etanol no Brasil seja de 35 bilhões de litros.

As regiões do País que, historicamente, têm cultivado a cana em larga escala são o Nordeste e o estado de São Paulo. Mais recentemente, a indústria se expandiu no norte do estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Espírito Santo, norte do Paraná e estados do Centro Oeste. Em comparação à safra de 2006, é possível observar que todas as regiões do Brasil aumentaram suas áreas de cultivo de cana, sendo um crescimento de 24,1% no Sul, 12,5% no Sudeste, 17,5% no Centro-Oeste, 7,4% no Nordeste e 8,5% no Norte.³

Algumas grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas de cana no Brasil, entre elas Bunge, Noble Group, ADM e Dreyfus, além de mega-empresários como George Soros e Bill Gates. Recentemente, em abril passado, o grupo Cosan, por exemplo, um dos maiores produtores de álcool do Brasil, comprou as operações de distribuição e venda de combustíveis da Esso no Brasil, que estavam sendo disputadas pela Petrobras. A operação custou a Cosan cerca de 1 bilhão de dólares⁴.

A indústria da cana sempre teve grande importância na economia e no processo histórico brasileiros. A atividade adquiriu dimensão ainda maior no Brasil com a crise internacional dos anos

¹ Texto: Evanize Sydow, jornalista e membro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Maria Luisa Mendonça, coordenadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Marluce Melo, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – NE. O documento “Direitos Humanos e a Indústria da Cana” foi preparado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, buscando analisar, do ponto de vista do Brasil, os desdobramentos do agronegócio e da indústria da cana nos direitos humanos, incluindo direitos civis, sociais e ambientais – mais especificamente nos estados de São Paulo e Pernambuco. Além da parceria com organizações que trabalham com este tema e que também nos servem de fontes, como Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o documento foi feito tendo como suporte acadêmico análises de professores que estudam estas questões e suas implicações, como Maria Aparecida de Moraes, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), Pedro Ramos, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Horácio Martins de Carvalho, engenheiro agrônomo, especialista em ciências sociais e assessor da Via Campesina, Mônica Martins, da Universidade Federal do Ceará, e Francisco Alves, da UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos). Importante também destacar que a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos acompanhou, além de atuar na organização e registrar os dados e depoimentos, a missão internacional que esteve no Brasil no início de abril deste ano para verificar os impactos dos agrocombustíveis sobre o direito humano à alimentação, daí a presença de dados compartilhados com o informe final *Os Agrocombustíveis no Brasil*.

² *Os Agrocombustíveis no Brasil* - Informe da Missão de Investigação sobre os impactos das políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis sobre o desfrute dos direitos humanos à alimentação, ao trabalho e ao meio ambiente, das comunidades camponesas e indígenas e dos trabalhadores rurais no Brasil. Maio, 2008

³ Id.

⁴ *O Globo*, 24 de abril de 2008

70, que causou forte alta no mercado petrolífero e impulsionou o setor canavieiro, a partir da criação do Pró-Álcool. De 1972 a 1995, o governo brasileiro incentivou o aumento da área de plantação de cana e a estruturação do complexo sucroalcooleiro, com grandes subsídios e diferentes formas de incentivo. O Instituto do Açúcar e do Álcool, por exemplo, foi responsável durante quase 60 anos por toda a comercialização e a exportação do produto, subsidiando empreendimentos, incentivando a centralização industrial e fundiária sob o argumento da "modernização" do setor, proporcionando terras férteis, meios de transporte, energia, infraestrutura, insumos etc.

Porém, a expansão de monoculturas para a produção de agrocombustíveis tem trazido sérias consequências para o País. Uma delas é a ampliação da grilagem de grandes áreas de terras públicas pelas empresas produtoras de soja, além de "legalizar" as grilagens já existentes. O ciclo da grilagem no Brasil costuma começar com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois vem a pecuária e a produção de soja. Atualmente, com a expansão da produção de etanol, este ciclo se completa com a monocultura da cana. Estas terras poderiam ser utilizadas na reforma agrária, para a produção de alimentos e para atender a demanda histórica de cerca de cinco milhões de famílias sem terra.

Apesar da propaganda de "eficiência", a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. No estado de São Paulo, maior produtor do país, a meta de cada trabalhador é cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia.

No estado de São Paulo, os trabalhadores recebem R\$2,92 por tonelada de cana cortada e empilhada. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, em São Paulo, atualmente o piso salarial é de R\$ 475,00 por mês e para receber esse valor, os trabalhadores têm que cortar uma média de 10 toneladas de cana por dia. Para isso, são necessários 30 golpes de facão por minuto, durante oito horas diárias de trabalho.

Novas pesquisas com cana de açúcar transgênica, mais leve e com maior nível de sacarose, significam mais lucros para os usineiros e mais exploração para os trabalhadores. Segundo pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), "antes 100m² de cana somavam 10 toneladas, hoje são necessários 300m² para somar 10 toneladas".

Esse padrão de exploração tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. Entre 2004 e 2007 foram registradas 21 mortes por exaustão no corte da cana. "O açúcar e o álcool no Brasil estão banhados de sangue, suor e morte", afirma a pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, da Fundacentro, um órgão do Ministério do Trabalho.

Em 2005, outras 450 mortes de trabalhadores foram registradas pelo MTE nas usinas de São Paulo. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes no precário transporte para as usinas, em consequência de doenças como parada cardíaca, câncer, além de casos de trabalhadores carbonizados durante as queimadas.

O trabalho escravo é comum no setor. Os trabalhadores são geralmente migrantes do nordeste ou do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, aliciados por intermediários ou "gatos", que selecionam a mão-de-obra para as usinas. Em 2006, a Procuradoria do Ministério Público fiscalizou 74 usinas no estado de São Paulo e todas foram autuadas. Em março de 2007, fiscais do MTE resgataram 288 trabalhadores em situação de escravidão em seis usinas de São Paulo. Em outra operação realizada em março, o Grupo de Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul resgatou 409 trabalhadores no canavial da usina de álcool Centro Oeste Iguatemi. Entre eles, havia um grupo de 150 índios.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, 53% dos 5.974 trabalhadores libertados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, ou seja, 3.117 trabalhadores trabalhavam nas usinas sucro-alcooleiras dos estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Ceará. No dia 8 de abril de 2008, uma fiscalização do Grupo identificou 1.500 trabalhadores em condições degradantes nos municípios de Campo Alegre de Goiás e Mineiros, ambos em Goiás, e Alto Taquari, em Mato Grosso.

Superexploração do trabalhador e mortes - A Pastoral dos Migrantes estima que cerca de 200 mil trabalhadores migrantes trabalhem em São Paulo no período da safra da cana, laranja e café. No setor canavieiro do estado, o número de migrantes por safra é estimado em 40 mil. As condições de trabalho dessas pessoas violam sistematicamente os direitos humanos.

Para milhares de trabalhadores essa situação “temporária” torna-se permanente por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem. Eles iniciam um círculo vicioso: “O trabalho aqui é o mais bruto que existe, mas é o único que temos”, afirma um trabalhador pernambucano em Dobrada, São Paulo. Mesmo dizendo que não voltariam mais a trabalhar no corte da cana, muitos acabam se submetendo indefinidamente a essa situação de extrema exploração. Na entressafra, um número mais reduzido de mão-de-obra é utilizado para o preparo da terra e plantio em algumas áreas, além da aplicação de agrotóxicos. O desemprego causado pelo modelo agrícola baseado na monocultura e no latifúndio aumenta o contingente de trabalhadores que se submetem a trabalhar em lugares distantes de sua origem, em condições precárias.

Esses trabalhadores muitas vezes iniciam suas atividades já endividados. Uma das dívidas contraídas antes de iniciar o trabalho é com o transporte (em grande parte, clandestino, chamado de “excursão”) que custa em média R\$ 200,00 por trabalhador que migra do Nordeste para São Paulo. Os trabalhadores migrantes são aliciados por “gatos” ou “turmeiros”, que, muitas vezes, são também os donos dos caminhões ou ônibus que realizam o transporte.

Na região dos canaviais aumentam as chamadas “cidades-dormitórios”, onde os trabalhadores migrantes vivem em cortiços, barracos ou nas “pensões”. Apesar da situação precária, os custos com moradia e alimentação são muito acima da média paga pela população em geral.

Tanto os alojamentos das usinas quanto as “pensões” são barracos ou galpões improvisados, superlotados, sem ventilação ou condições mínimas de higiene.

A incorporação de novas tecnologias no setor canavieiro aprofundou a dinâmica de exploração do trabalho, através de formas precárias de arregimentação, contratação, moradia, alimentação etc. As colheitadeiras funcionam em áreas planas e contínuas, mas causam maior compactação do solo e prejudicam as mudas que deveriam rebrotar. A mecanização gera superexploração do trabalho porque cria novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumenta o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Com a mecanização do setor, foi transferido para os trabalhadores o corte da cana em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade.

Um estudo apresentado por pesquisadores da Universidade Metodista de Piracicaba e do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, Erivelton Fontana de Laat e Rodolfo Vilela, respectivamente, mostra uma situação assustadora quanto às condições físicas em que ficam o cortador de cana:

Em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 flexões de coluna, num ciclo médio de 5,6 segundos cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27°

C com muita fuligem no ar e ao final do dia terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto.⁵

Além disso, o estudo mostra que na atividade do corte da cana existem cerca de 30 fatores que podem causar um acidente de trabalho, o que é confirmado pelo elevado índice de acidentes e mortes pela exaustão.

O pagamento por produção é um complicador na situação do trabalho na cana-de-açúcar. Esse sistema colabora com a superexploração da mão-de-obra. Essa situação foi destacada pela missão internacional que esteve no Brasil no início de abril deste ano para verificar os impactos dos agrocombustíveis sobre o direito humano à alimentação.

No pagamento por produção, as usinas usam um complicado sistema de medidas que impossibilita ao trabalhador ter um controle sobre a quantidade cortada e sobre o valor do pagamento. Como a quantidade de cana cortada é medida em metros lineares e o valor é definido em toneladas, torna-se necessário a conversão do valor de tonelada para o valor de metro de cana cortada. Este procedimento é feito pela usina. *A falta de controle da produção e do valor do pagamento pelos trabalhadores* é o principal meio de pressão dos usineiros para aumentar a produtividade do trabalho, pois se os trabalhadores soubessem quanto ganhariam teriam a possibilidade de interromper o trabalho quando tivessem chegado ao limite de sua resistência física.⁶

O relatório final da missão pontua que as conseqüências desse modelo são assustadoras, apontando o elevado número de acidentes de trabalho. "Somente em 2006, segundo dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho do Ministério da Previdência Social (2007), ocorreram 14.332 acidentes em usinas de açúcar e álcool, destas 8.789 no cultivo da cana."⁷ Esta é, conforme mostra o documento, uma das atividades econômicas que registra o maior número de acidentes de trabalho no país. Além disso, os registros são de trabalhadores formais, com registro em carteira; portanto, não contabiliza os acidentes ou as doenças de empregados informais, que são em grande número.

O aumento da meta do corte da cana causou grande diminuição no número de mulheres que realizam esse trabalho. Além disso, a dupla jornada (obrigação com o trabalho na cana, com o serviço em casa e com o cuidado e educação dos filhos) significa um esforço muito maior para as mulheres que, mesmo com todas as dificuldades, enfrentam o trabalho bruto. Mas as usinas restringem esse trabalho com a exigência adicional de que as mulheres sejam "operadas", ou seja, impossibilitadas de ter filhos.

Como apontado no relatório da missão internacional, a maioria dos trabalhadores não tem controle da pesagem ou da metragem de sua produção diária, que é exercida pela usina. Muitas denúncias apontam para a manipulação e fraude desses dados pelas usinas, que pagam menos do que os trabalhadores teriam direito. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada, por exemplo,

⁵ Corte de cana é exaustivo, diz pesquisa. Oeste Notícias, 4 de maio de 2008. Disponível em: http://www.oestenoticias.com.br/oeste_2.php?id=56885&data_capa=2008-05-04. Acesso em 5/5/2008

⁶ *Os Agrocombustíveis no Brasil*, op. cit.

⁷ Id.

denunciou casos em que trabalhadores recebiam o equivalente ao corte de 10 toneladas de cana por dia, quando essa quantidade era de 19 toneladas.

Em Pernambuco, os trabalhadores ganham em média dois salários mínimos por mês, se conseguem atingir a meta de cortar seis toneladas de cana por dia. Eles também denunciam fraudes na pesagem da cana, além de maus tratos e falta de segurança no trabalho. “Quando tem serviço, a safra dura de três a quatro meses. O resto do tempo a gente passa fome. Eu tenho 55 anos e ninguém quer me contratar porque acham que sou “sucata”. Também não posso me aposentar porque ainda não completei 35 anos de serviço”, relata o trabalhador José Santos, que hoje espera o processo de desapropriação para ser assentado na falida Usina Aliança.

O setor sucroalcooleiro é responsável por grande parte dos número de trabalho escravo no Brasil.

O caso de maior dimensão ocorreu em Ulianópolis (PA) onde foram libertadas no ano passado 1.064 trabalhadores na Usina Pagrisa. O relatório do MTE aponta servidão por dívidas, jornadas diárias de até 14 horas, falta de qualidade da água e da alimentação, falta de uso de equipamento de proteção, transporte inadequado, alojamentos superlotados, etc. Em junho de 2007, o Ministério do Trabalho resgatou 42 trabalhadores de uma usina do grupo Cosan, a maior do setor sucroalcooleiro, em Igarapava, São Paulo.⁸

A situação de trabalhadores vivendo em condições subumanas permanece, como podemos observamos nos relatórios das ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Na ação do dia 8 de abril de 2008, que identificou 1.500 trabalhadores em condições degradantes em municípios de Goiás e Mato Grosso, além de os trabalhadores serem resgatados, uma fazenda teve o cultivo de cana interditado. O Ministério Público do Trabalho decidiu ajuizar três ações civis públicas por danos morais coletivos contra a empresa, no valor de R\$ 5 milhões cada.

Os indígenas também estão incluídos nos casos de superexploração do trabalho em fazendas de cana-de-açúcar e usinas. Dados do Conselho Indigenista Missionário mostram que, em março de 2007, 150 indígenas que trabalhavam no corte de cana na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda (Dcoil) foram libertados por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Alguns meses depois, em novembro, o Grupo Móvel descobriu 1.011 indígenas vivendo em condições degradantes na usina Debrasa, sendo que a maioria dos resgatados pertencia ao povo Guarani Kaiowá e inúmeros pertenciam ao povo Terena. Além da situação em que estavam os índios, informa a pesquisadora Lúcia Rangel, “há registros de quatro assassinatos de indígenas ocorridos em alojamentos de usinas. Menores de idade falsificam seus documentos para irem trabalhar no corte de cana, enganados por falsas promessas de ganhar muito dinheiro, deixam a escola da aldeia ou da cidade, burlando a fiscalização e deixando seus pais preocupados”⁹.

A mecanização da colheita da cana-de-açúcar vem aumentando e preocupando os trabalhadores, uma vez que tem o desemprego como sua principal conseqüência. Em São Paulo, em dez anos, de 1997 a 2007, o avanço foi de 4% para 40%. O relatório da missão internacional apontou dados preocupantes da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA):

Com a mecanização serão desativados todos os 189 mil postos de trabalho manuais em São Paulo até a safra 2010/21. Por outro lado, serão criados 55 mil postos em funções mecânicas e, possivelmente,

⁸ Ibid.

⁹ Ib.

outros 20 mil nas usinas. Ou seja, o desemprego atingirá, no mínimo, 114 mil trabalhadores somente em São Paulo até a safra 2020/21¹⁰.

Há dúvidas, porém, sobre a possibilidade de se massificar a mecanização do setor, uma vez que os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho tornam mais lucrativo para as empresas manter o corte manual do que investir em maquinário. Atualmente, mais de 60% da colheita da cana é feita manualmente no Brasil.

As 21 mortes registradas por exaustão no corte da cana ocorreram durante ou imediatamente após a jornada de trabalho. Antes de morrer, os trabalhadores apresentaram câimbras, tontura, dores de cabeça e, em alguns casos, sangramento nasal. A Pastoral dos Migrantes argumenta que a causa das mortes é excesso de trabalho. Os atestados de óbito registram parada cardíaca e respiratória como principal causa das mortes.

“Além das mortes ocorridas nos canaviais, há aquelas não registradas, e que ocorrem ao longo de um tempo determinado. Doenças como câncer, provocado pelo uso de veneno, fuligem da cana, além de doenças respiratórias, alérgicas, da coluna, aliadas a quase total impossibilidade de serem tratadas em razão da inexistência de recursos financeiros para a compra de remédios conduzem à morte física ou social de muitos trabalhadores, cuja depredação de suas forças impede-os de continuar no mercado de trabalho”, explica a professora da UNESP, Maria Aparecida de Moraes.

Os movimentos repetitivos no corte da cana causam tendinites e problemas de coluna, descolamento de articulações e câimbras, provocadas por perda excessiva de potássio. As freqüentes câimbras seguidas de tontura, dor de cabeça e vômito são chamadas de “birola”. Muitos trabalhadores usam medicamentos (como injeções chamadas de “amarelinhas”) e drogas (como crack e maconha) para aliviar a dor e estimular o rendimento. Para cortar 10 toneladas de cana por dia, estima-se que cada trabalhador precise repetir cerca de 10 mil golpes de facão.

Os ferimentos e mutilações causados por cortes de facão, principalmente nas pernas e nas mãos, também são freqüentes. Porém, raramente a empresa notifica aos órgãos competentes esses acidentes de trabalho e praticamente não há controle por parte desses órgãos governamentais. Muitos trabalhadores doentes ou mutilados, apesar de impedidos de trabalhar, não conseguem aposentadoria por invalidez.

São diversas as dificuldades apontadas pelos trabalhadores em relação às condições penosas em que trabalham. Em visita ao Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, no estado de São Paulo - e que tem cerca de 4.000 membros, sendo 1.300 cortadores de cana e, do total de afiliados, apenas 25% são mulheres -, vários trabalhadores foram ouvidos. Verificou-se, a partir dos depoimentos, que:

Um dia de trabalho começa às 4h, quando os trabalhadores acordam e fazem o almoço; às 5h30 pegam o ônibus da usina; às 6h começam o trabalho na lavoura de cana; das 10h às 11h, almoçam; das 13h30 às 14h têm um intervalo para o café e, às 16h30, pegam o ônibus de regresso. Eles destacaram que o principal problema é que quem trabalha por produção ganha mais (...) Isto faz com que os trabalhadores queiram trabalhar o máximo possível, inclusive renunciando a pausas para descansar, tomar água ou comer, com o objetivo de ganhar o máximo possível e cumprir com a meta mínima de corte. A falta de alimentação adequada, a hidratação insuficiente e

¹⁰ TOLEDO, Marcelo apud *Os Agrocombustíveis no Brasil*

o calor excessivo ao trabalhar sob sol intenso somam-se à jornada excessiva de trabalho e produz em muitos casos câimbras seguidas de tontura, vômito, dor de cabeça e desmaios devido à perda de potássio e falta de reposição de sais. A jornada excessiva de trabalho é tamanha que os cortadores sofrem freqüentemente de doenças como hérnia de disco, tendinites, problemas de coluna e descolamento de articulações. Assim, a vida útil do cortador é de 15 a 20 anos(...)

Os trabalhadores relataram à Missão que os equipamentos protetores que têm para o corte de cana não são apropriados. A luva arreventa a mão do trabalhador; os óculos protetores produzem dor de cabeça, porque embaçam com o suor, forçando a vista, ou seja, não foram feitos para o corte da cana. Além disto, a fuligem causada pela queima da cana provoca muita coceira. Segundo os trabalhadores, a Universidade de Piracicaba colheu amostras de urina durante a safra e detectou células cancerígenas, por agrotóxicos.¹¹

Com as sistemáticas denúncias destas condições de trabalho e dos alarmantes casos de morte por exaustão nas lavouras de açúcar, a Pastoral do Migrante avalia que houve uma pequena melhora no quadro geral. De acordo com Padre Antônio Garcia, membro da equipe da Pastoral do Migrante em Guariba, São Paulo, o Ministério Público do Trabalho tem intensificado fiscalizações e autuações das empresas; a imprensa local e nacional tem dado importante visibilidade para o tema e isso faz com que as empresas tenham receio de serem autuadas, uma vez que não querem ter seu nome ligado à situação degradante de trabalho; além disso, por meio das audiências públicas que têm realizado na região, algumas em parceria com a Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho, tiveram conquistas como a pausa no trabalho, o café com pão e a barraca contra o sol para poderem almoçar. Mas os problemas estruturais, afirmou Padre Garcia, permanecem. Essa situação de pequenas melhorias, no entanto, é específica dessa região de São Paulo. De forma geral, a superexploração permanece como regra no setor.

¹¹ *Os Agrocombustíveis no Brasil*, op. cit.